



20
ANOS
1998 | 2018

**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

EIXO 2 GESTÃO E GOVERNANÇA URBANA

SESSÃO 2.3 REGIMES URBANOS

OBZ EM LISBOA CONTRIBUIÇÃO DAS PLATAFORMAS INFORMACIONAIS E INTERATIVAS PARA POTENCIALIZAR OS OBSERVATÓRIOS

Ana C. C. Farias

ISCTE-Instituto universitário de Lisboa | Centro de Investigação em Ciências da Informação, Tecnologias e Arquitetura ISTAR-IUL
carol@sobreurbana.com

Alexandra Paio

ISCTE-Instituto universitário de Lisboa | Centro de Investigação em Ciências da Informação, Tecnologias e Arquitetura ISTAR-IUL
alexandra.paio@iscte-iul.pt

p. 1874



20
ANOS
1998 | 2018

**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

EIXO 2 GESTÃO E GOVERNANÇA URBANA

SESSÃO 2.3 REGIMES URBANOS

RESUMO:

Nas últimas décadas, tem havido uma proliferação de plataformas informacionais e interativas, com papéis cada vez maiores na governança da cidade contemporânea, enquanto interfaces entre atores e setores da sociedade. Neste contexto, o desenho de um novo observatório exige perceber fragilidades e levantar hipóteses para buscar metodologias, ferramentas e aprendizagens de outras plataformas. O estudo em curso, adota uma metodologia que busca analisar e classificar um conjunto variado de plataformas: laboratórios cívicos, tecnopolíticas, plataformas de dados abertos e observatórios. A informação coletada em bibliografia de referência, sítios eletrônicos e entrevistas, analisa casos paradigmáticos representativos dessas plataformas, tendo em conta o seu conteúdo fundamental: interlocutores, dispositivos para organização da informação e dispositivos para interação. Os resultados preliminares revelam uma diversidade de ferramentas e metodologias experimentadas pelas variadas interfaces que informam e interagem na cidade contemporânea. O principal contributo é permitir desenhar o Observatório BIP/ZIP, de forma mais inclusiva, interativa e eficaz, enquanto ferramenta para o desenvolvimento local em Lisboa.

Palavras-chave: observatório; Lisboa; BIP/ZIP; plataformas informacionais; desenvolvimento local.

INTRODUÇÃO

A cidade contemporânea, sob as práticas da governança e das políticas territorializadas, impõem ao aparelho estatal e à sociedade, o desafio de inter-relacionar seus subsistemas de governação (Pato, Pereira, 2013). Esses subsistemas compreendem desde as orientações políticas supranacionais até as exigências populares por maior participação na elaboração e controle de políticas públicas.

Nos últimos anos, tem sido desenvolvido vários instrumentos de tecnologia social e digital para a interação entre cidadãos e governos, em cidades de todo o mundo. Em Lisboa, são vários os instrumentos digitais⁵⁶, como por exemplo, os implementados pela Câmara Municipal para aumentar a comunicação entre cidadãos e governo, bem como também a potente utilização das tecnologias de informação e comunicação (TICs) pelos movimentos de protesto e resistência, sobretudo a partir da crise de 2008 (Seixas et al., 2015).

Na sociedade contemporânea, as TICs e as novas mídias transformam as características sociais, económicas e políticas das redes estabelecidas. Por um lado, ampliam espaços de colaboração, abrindo caminhos para a democracia participativa (CASTELLS, 2017); por outro, criam novas formas de exclusão e controle (STALDER, 2012). Assim, os desafios do desenvolvimento local exigem um exercício crítico nos processos de inovação que anseiam fortalecer a participação e a colaboração entre diversos atores e setores da sociedade

No caso em estudo, na cidade de Lisboa foi criado, em 2011, o programa Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP), com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e a coesão sócio territorial da cidade através do financiamento anual de projetos

⁵⁶ A plataforma Lisboa Participa reúne, em um sítio eletrônico, diversos dispositivos para participação, como a aplicação para votar no Orçamento Participativo e outras para debate, levantamento de ideias, acesso a dados abertos e denúncias sobre a zeladoria urbana. Disponível em: <https://www.lisboaparticipa.pt/>. Acesso em 22 Out. 2018.



20
ANOS
1998 | 2018

**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

EIXO 2 GESTÃO E GOVERNANÇA URBANA

SESSÃO 2.3 REGIMES URBANOS

de iniciativas locais (Roseta, 2013). Alinhado com diversas orientações supranacionais de políticas de coesão, o BIP/ZIP aposta na colaboração entre atores e diferentes setores da governança urbana, sendo operado através de quatro ferramentas: (1) Carta BIP/ZIP, mapa que define as áreas prioritárias para intervenção, estabelecidas através da combinação de indicadores socioeconômicos, ambientais e urbanísticos; (2) um programa anual de financiamento a projetos apresentados e desenvolvidos por parcerias locais – associações de moradores, coletivos culturais, cooperativas, juntas de freguesia, grupos informais etc.; (3) gabinetes públicos de apoio aos projetos (GABIPs); e (4) redes colaborativas estimuladas pela própria Câmara Municipal (DMHDL, 2017). Contudo, os atores envolvidos – promotores políticos, gestores técnicos e parceiros locais - reconhecem a insuficiência das suas ferramentas, a necessidade de levantar dados, avaliar impactos e de impulsionar a colaboração a um nível de cogovernança (Falanga, 2015). Para suprir tais necessidades, está em curso a elaboração de um observatório centrado no programa.

O estudo em começa por reconhecer alguma fragilidade dos observatórios, tais como: (1) a tendência a funcionarem como meros repositórios de informação; (2) a preponderância do papel do poder público sobre os outros atores, em muitos casos (Morais, 2012); (3) dificuldade de utilizar uma linguagem acessível ao público-alvo e ter boa capacidade de resposta; e (4) uma subutilização, de um modo geral, das novas ferramentas digitais (Farias, 2018).

A partir destas questões, passou-se a conjecturar a hipótese de agregar, nesse observatório, as ferramentas, metodologias e linguagens típicas de outras plataformas, de modo a conseguir um ambiente mais interativo, com melhor utilização das tecnologias digitais, sem prejuízo das interações que as comunidades de usuários realizam em meio físico.

Neste sentido, esta investigação busca classificar e analisar um conjunto de plataformas que têm vindo a ser utilizadas na cidade contemporânea: (1) plataformas de dados abertos; (2) tecnopolíticas; (3) laboratórios cívicos; e (4) observatórios. Os resultados preliminares são fundamentais para o desenho do Observatório BIP/ZIP (OBZ), mais inclusivo e interativo.

INTERFACES PARA A COGOVERNANÇA URBANA

As plataformas são entendidas, neste estudo, enquanto interfaces, ou seja, meios para o estabelecimento de trocas e interação entre interlocutores (Baltazar, 2009), numa perspectiva ampla da produção do espaço que inclui a ação cívica e a concepção e monitorização de políticas públicas. Tais plataformas tem protagonizado processos de produção e divulgação de indicadores urbanos, experimentado ferramentas para monitorização de fenômenos e territórios, e para o trabalho colaborativo. Desta forma, alcançaram importante papel na governança das cidades, articulando suas várias partes.

As plataformas escolhidas para este estudo satisfazem três critérios: (1) têm a administração pública como um dos interlocutores; (2) utilizam de tecnologia digital em suas ferramentas; e (3) estão dedicadas às questões urbanas, podendo exercer alguma influência sobre os processos de planejamento ou governança urbana.

p. 1876



Plataformas de dados abertos e dashboards

No contexto da governança urbana, iniciou-se a partir da década de 1990, uma grande quantidade de projetos para a criação de indicadores urbanos, a partir de dados oficiais e administrativos. A centralização desses dados em um único sistema operacional, quebrando as barreiras internas dos sistemas tradicionais da administração pública, permitiram obter uma visão holística e integrada da cidade, seus serviços e infraestruturas, com grande potencial para apoiar a formulação de políticas públicas e o planejamento de longo termo (Kitchin, Maalsen, McArdle, 2015).

Nos últimos anos, a popularização do termo '*smart city*' no léxico urbano ajudou a impulsionar esse período de inovação. Kitchin, Maalsen e McArdle (2015) atribuem esse fenômeno à agressiva estratégia de marketing da IBM e outras empresas, a partir de 2010, atentas a um novo ramo de negócios, mas também à competitividade característica do planejamento estratégico amplamente adotado por cidades que intentam reposicionar-se no mercado global enquanto marcas de consumo. A geração e análise contextual de dados é, segundo os autores, pilar central na ideia de *smart city*.

No limite do que se tem hoje experimentado com a abertura e compartilhamento de dados estão os *dashboards* (painéis de controle), que disponibilizam dados sobre a cidade, usos, infraestruturas e serviços públicos em tempo real através de um conjunto de análises visuais dinâmicas, interativas e interligadas, utilizando de gráficos, infográficos, mapas tradicionais, modelos 3D e imagens modeladas por computação gráfica avançada (Kitchin, Maalsen, McArdle, 2015). Um exemplo mundialmente conhecido é o *Centro de Operações da Prefeitura do Rio de Janeiro*⁵⁷, inaugurado em 2010 como uma das várias ações executadas pela prefeitura municipal para os Jogos Olímpicos de 2016. São, também, exemplos o *City Dashboard de Londres*⁵⁸, o *Mayor's Dashboard*⁵⁹ de Los Angeles e o *Dublin Dashboard*⁶⁰.

Plataformas como estas têm vindo a ganhar espaço enquanto instrumento na governança das cidades. Dispõe de ferramentas que, em certa medida, reduz a necessidade de habilidades técnicas para manuseio, permitindo, mais facilmente, o monitoramento de serviços urbanos e políticas públicas, a leitura e articulação desses dados, e até a proposição de novas intervenções por eles embasadas (Kitchin, Maalsen e McArdle, 2015).

Porém, enquanto infraestrutura tecnológica, de natureza essencialmente privada e orientada por critérios de mercado, os *dashboards* exprimem uma visão particular que revela, mais do que a performance da cidade, as estruturas de sua governança e de produção de dados. Como afirmam Kitchin, Maalsen e McArdle (2015), seu design não pode ser considerado neutro, porque ele exprime os valores sociais e políticos dos projetos que estão por detrás da sua execução. Fazem-no pela escolha dos indicadores, formas de visualização, análise e possibilidades de aplicação. São tradutores e não espelhos.

⁵⁷ Disponível em: < <http://cor.rio/>>. Acesso em: 25 out. 2018.

⁵⁸ Disponível em: < <http://citydashboard.org/london/>>. Acesso em: 25 out. 2018.

⁵⁹ Disponível em: < <http://dashboard.lamayor.org/>>. Acesso em: 25 out. 2018.

⁶⁰ Disponível em: < <http://www.dublindashboard.ie/pages/index>>. Acesso em: 25 out. 2018.



20
ANOS
1998 | 2018

OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

EIXO 2 GESTÃO E GOVERNANÇA URBANA

SESSÃO 2.3 REGIMES URBANOS

Tecnopolíticas

Na definição encontrada em Toret Medina (2015), tecnopolítica é o uso de ferramentas digitais para a organização, comunicação e ação coletiva, em sentido tático ou estratégico. Característico do ativismo contemporâneo, o uso de tecnopolíticas teve seu potencial evidenciado especialmente nos movimentos contestatórios à crise econômica – e política – desencadeada em 2008, como o 15M na Espanha e vários outros travados em diversas partes do mundo.

Léxicos da cultura *hacker* e da cultura *maker*, somados a ações de ocupa, intervenções urbanas e outros variados tipos de protesto, inauguraram – ou fortaleceram – um novo comportamento da ação coletiva capaz de articular ações concretas desencadeadas nas ruas com redes virtuais de informação e organização. Internet, redes sociais, plataformas wiki, mapas de geolocalização e vários outros instrumentos facilitam e potencializam a produção coletiva e colaborativa de conhecimento, de redes de solidariedade, de frentes de luta. Interfaces entre redes e ruas, entre corpos e cérebros (Toret Medina, 2015).

Dessas articulações *bottom-up* surgiram diversos dispositivos, como a campanha *La Sareb es nuestra*⁶¹ da Plataforma de Afectados por la Hipoteca (PAH), que mapeia imóveis vazios sob o controle do banco espanhol Sareb, e divulga ferramentas para ocupação. Em Lisboa, no contexto BIP/ZIP, vários dispositivos foram criados para a organização de informação, construção de redes laborais e troca de bens e serviços, a exemplo da plataforma *LX Connect*⁶².

Outros dispositivos funcionam como interfaces entre as demandas e anseios dos cidadãos e as administrações públicas das cidades. Um exemplo é *Decidim*⁶³, uma plataforma digital de participação política, cocriada em código livre, disponível na plataforma de programação colaborativa *GitHub*⁶⁴, gerida pela comunidade *MetaDecidim*⁶⁵ (Barandiaran et al., 2017).

Laboratórios cívicos

Nos trabalhos que se seguiram à XXIV Cimeira Iberoamericana das Chefas e Chefes de Estado e Governo, realizada no México em 2014, foi elaborado, de forma colaborativa, um documento que definiu os laboratórios cívicos ou cidadãos. Estes são espaços para encontro entre pessoas de diferentes conhecimento, habilidades e graus de especialização, para experimentação e desenvolvimento de projetos abertos de inovação social, utilizando as redes digitais, buscando transformação social e desenvolvimento cultural, social e econômico (Ciudadania 2.0, 2014).

Herdeiros das bibliotecas públicas, museus, centros cívicos, culturais, sociais e outros equipamentos para a partilha de conhecimento, os laboratórios cívicos começaram a surgir nos últimos anos a partir de países anglo-saxões, espalhando-se rapidamente pelo mundo sob vários rótulos e formatos: *hubs*, *maker spaces*, *hacklabs*, *medialabs*, *living labs* etc. (Ciudadanía 2.0, 2014).

⁶¹ Disponível em: < <https://bit.ly/2T0jpBt>>. Acesso em 26 out. 2018.

⁶² Disponível em: < <https://www.lxconnect.org/>>. Acesso em 29 out. 2018.

⁶³ Disponível em: < <https://decidim.org/>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

⁶⁴ Disponível em: < <https://github.com/search?q=decidim>>. Acesso em 09 nov. 2018.

⁶⁵ Disponível em: < <https://meta.decidim.org/>>. Acesso em 09 nov. 2018.



20
ANOS
1998 | 2018

OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

EIXO 2 GESTÃO E GOVERNANÇA URBANA

SESSÃO 2.3 REGIMES URBANOS

Tais organizações caracterizam-se por ambientes de colaboração, engajamento e produção de produtos e serviços para os territórios em que estão inseridos. Num exercício de classificação taxonômica, Quijano (2018) propõe caracterizar os laboratórios cívicos a partir das seguintes categorias: atores, marco legal, território, objetivos, financiamento, infraestrutura, temporalidade e participação cidadã. Seus estudos sugerem que os laboratórios cívicos deveriam inspirar a transformação de instituições tradicionais de produção do conhecimento, expandindo-as para além de suas fronteiras.

São exemplos: o *MIT Media Lab*⁶⁶, Cambridge/EUA, considerado o primeiro laboratório cívico (Ciudadanía 2.0, 2014); também o *MediaLab Prado*⁶⁷, em Madrid; o *LABxS*⁶⁸ Laboratório Cidadão da Baixada Santista, em Santos; e o *CitiLab*⁶⁹, em Cornellà de Llobregat, Espanha.

Observatórios

Observatórios são plataformas para a observação de um determinado fenômeno ou território. Sua origem está associada aos observatórios astronômicos no Séc. XVIII, mas também ao desenvolvimento do pensamento lógico, ao método científico de análise e ao uso de novas tecnologias e instrumentos (Beuttenmuller, 2007).

Na primeira metade do Séc. XX, experiências como as *research field stations* americanas que levantavam e analisavam dados sobre biologia e agronomia (Beuttenmuller, 2007), começaram a exigir novas metodologias e estruturas para a observação. A partir dos anos 1980, a pressão da sociedade civil, o crescimento do Terceiro Setor e das TICs, fizeram proliferar, a partir da Europa, os observatórios com interesses socioeconômicos e territoriais, explorando especialmente a temática urbana (Silva et al., 2013). A UN-HABITAT, com a criação do Observatório Urbano Global em 1997, também deu a sua contribuição para a disseminação de observatórios urbanos pelo mundo, incentivando a criação de observatórios locais e regionais para monitorizar o fenômeno da urbanização e influenciar políticas públicas que minimizassem seus efeitos (UN-HABITAT, 2015).

Silva et al. (2013) destacam como objetivos de um observatório: (1) mapear e sistematizar informações sobre o objeto observado, formando um *acervo* de conhecimento crítico e especializado; (2) elaborar e disponibilizar sistemas de *indicadores*, a partir de métodos quantitativos e qualitativos, subsidiando análises e prognósticos; (3) *monitorizar* o fenômeno ou território observado; (4) servir como canal para *diálogo e mobilização social*, contribuindo assim para o fortalecimento das redes de colaboração; e (5) servir como *convergência e referência* de conhecimento, aglutinando outros trabalhos sobre o tema e servindo como meio de divulgação.

Nos nossos dias, os observatórios estão associados a uma grande diversidade de temas e escalas territoriais - social, urbano, políticas públicas, mídia, cultura etc.; das zonas intraurbanas às regiões internacionais. Neste estudo, o enfoque é dado aos observatórios centrados em dinâmicas sócio territoriais, compreendendo observatórios urbanos, locais e de políticas públicas. Tais observatórios podem oferecer importante

p. 1879

⁶⁶ Disponível em: < <https://www.media.mit.edu/>>. Acesso em: 29 out. 2018.

⁶⁷ Disponível em: < <https://www.medialab-prado.es/>>. Acesso em: 29 out. 2018.

⁶⁸ Disponível em: < <https://labsantista.procomum.org/>>. Acesso em: 29 out. 2018.

⁶⁹ Disponível em: < <https://www.citilab.eu/>>. Acesso em: 29 out. 2018.



20
ANOS
1998 | 2018

**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

EIXO 2 GESTÃO E GOVERNANÇA URBANA

SESSÃO 2.3 REGIMES URBANOS

apoio para a tomada de decisão na governança da cidade, pela capacidade de levantar, visibilizar e analisar dados por diferentes atores; dados que, em muitos casos, não eram antes acessíveis a um público mais alargado (Ferreira et al., 2012).

São exemplos: o Observatório das Metrópoles⁷⁰, no Rio de Janeiro; o *Land Sense Citizen Observatory*⁷¹, em Laxenburg, Áustria; o Observatório Internacional da Democracia Participativa⁷², sediado em Barcelona; e o Observatório de Luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa⁷³ (OLCPL).

Farah (2011) analisa as implicações potenciais dos observatórios através de um estudo tipológico que os classifica a partir de sua formação: (1) Parceria Cidade-Universidade; (2) Ator Público; (3) Rede Global; e (4) Iniciativa Local.

Em síntese, pode-se afirmar que os observatórios do tipo 'Parceria Cidade-Universidade' promovem um sentido unidirecional de produção do conhecimento, dificultando a formação profissional de seus parceiros. Os observatórios do tipo 'Ator Público', apesar de desfrutar de uma certa sustentabilidade institucional, não conseguem estabelecer uma boa rede de cooperação com outros atores. O tipo 'Rede Global' tem dificuldade em termos de escala, colocando em conflito questões globais com questões de interesse local. E o tipo 'Iniciativa Local' desfruta de maior sustentabilidade social, conseguindo capitalizar aprendizagem para os atores locais, mas sofre da ausência de um grande organismo ou instituição que o chancele.

A partir da classificação de Farah (2011), foi elaborada uma Taxonomia de Observatórios⁷⁴ (Farias, 2018), tendo em conta 28 casos de estudo, organizados segundo 12 categorias de análise: administradores, local de sede, data de criação, palavras-chave, objetivos, público-alvo, ferramentas, serviços, indicadores, coleta de dados, publicização e comunicação. Dentre os vários resultados apreendidos, verificou-se que o público-alvo da maioria deles eram as autoridades públicas e os pesquisadores, o que poderia indicar uma boa capacidade de produção de conhecimento e de monitorização do fenômeno ou território observado, mas revelava um distanciamento dos atores locais.

Assim, vale resgatar da pesquisa de Lafuente e Sellés (1988) sobre o Observatório de Cádiz (1753 a 1831), Espanha, que a legitimidade científica dos observatórios astronômicos pioneiros dependia não só do reconhecimento acadêmico de suas descobertas, mas também, da utilidade do conhecimento produzido e da capacidade de comunicá-lo amplamente para a sociedade. Um ensinamento que parece válido para os observatórios atuais.

Os estudos realizados, até ao momento, sobre as plataformas informacionais e interativas acima referenciados apontam para a necessidade de as interações por elas propostas serem baseadas nas especificidades de seus vários interlocutores: habilidade técnica, interesse político, disponibilidade para envolvimento etc. Ressaltam, também, que o manuseio de informações, a produção de indicadores e de ferramentas para visualização de dados exprimem uma visão específica de cidade que não é neutra.

⁷⁰ Disponível em: < <http://observatoriodasmetrosoles.net.br/wp/>>. Acesso em: 29 out. 2018.

⁷¹ Disponível em: < <https://landsense.eu/>>. Acesso em: 29 out. 2018.

⁷² Disponível em: < <https://oidp.net/pt/>>. Acesso em: 29 out. 2018.

⁷³ Disponível em: < <https://observatorio-lisboa.eapn.pt/>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

⁷⁴ Disponível em: < <https://kumu.io/sobreurbana/taxonomia-de-observatorios>>. Acesso em: 05 nov. 2018.



20
ANOS
1998 | 2018

OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

EIXO 2 GESTÃO E GOVERNANÇA URBANA

SESSÃO 2.3 REGIMES URBANOS

Para o desenho de uma plataforma para o BIP/ZIP, objetivo maior do estudo em curso, as pesquisas prévias realizadas junto a seus atores (Farias, Paio, Falanga, 2018), identificaram as seguintes demandas: (1) monitorização de seus efeitos nos territórios; (2) fortalecimento das redes e práticas de colaboração; (3) maior inclusão dos cidadãos em seus processos; e (4) capacidade de retroalimentação do programa e suas ferramentas a partir de seu exercício e aprendizagens. Neste sentido, tornou-se pertinente uma leitura das diferentes plataformas estudadas, com o objetivo de contribuir para o desenho informado do OBZ.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo decorre em três fases: (1) leitura de casos paradigmáticos a partir de seus sítios eletrônicos e bibliografia de referência; (2) entrevistas com representantes dos mesmos; e (3) organização da informação coletada em um quadro comparativo estruturado em categorias de análise. O objetivo é tirar apontamentos para o desenho do OBZ, tendo em conta suas demandas e expectativas.

A escolha dos quatro casos paradigmáticos baseia-se em seu foco nas questões urbanas ou de políticas públicas, na existência de reflexões críticas em estudos acadêmicos sobre a plataforma e em sua existência ativa. Desta forma, foram analisados: *MediaLab Prado*, enquanto laboratório cívico; *Dublin Dashboard*, enquanto plataforma de dados abertos; *Decidim Barcelona*, enquanto tecnopolítica; e o *Observatório de Luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa*; todos eles já apresentados na seção anterior.

p. 1881

O estudo de classificação tipológica e taxonômica apresentados na seção anterior permitiu a identificação de três grandes campos na formação do conteúdo essencial de uma interface: (1) interlocutores (administradores, público-alvo, redes de colaboração); (2) dispositivos para interação (objetivos, ferramentas, serviços); e (3) dispositivos para organização da informação (coleta de dados, processamento, armazenamento, canais de distribuição). Assim, propõe-se elaborar um quadro comparativo com a informação coletada sobre os casos paradigmáticos em bibliografia de referência, sítios eletrônicos e entrevistas, considerando tal estrutura como conteúdo fundamental.

Nas entrevistas, sugeriu-se questionar sobre o contexto de criação das plataformas, seus objetivos, formas de participação, de cooperação e autonomia dos atores locais, as implicações no território, a produção de conhecimento, o papel das ferramentas digitais, questões sobre sua sustentabilidade e os maiores desafios na sua implantação.

O estudo realizado possibilita um aprofundamento do conhecimento sobre as plataformas informacionais e interativas da cidade contemporânea, na medida em que ambiciona entender a contribuição de diferentes dispositivos para idealizar uma plataforma útil, principalmente, para cidadãos e iniciativas locais.



20
ANOS
1998 | 2018

OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

EIXO 2 GESTÃO E GOVERNANÇA URBANA

SESSÃO 2.3 REGIMES URBANOS

RESULTADOS

Dublin Dashboard

Produto do *Programmable City Project*⁷⁵, executado na Maynooth University, entre 2013 e 2018, que objetivou investigar criticamente os *softwares* e dados típicos das *smart cities*, resultando nesta aplicação para a cidade. A plataforma partiu da expansão das possibilidades do já existente *All-Island Research Observatory*⁷⁶, combinando suas funcionalidades a outros indicadores, análises comparativas e dados em tempo real, tendo como princípios norteadores: amplo acesso a todos os elementos da plataforma; dados abertos e carregáveis; aplicações de fácil utilização; site interativo aberto à exploração dos dados (Kitchin, Maalsen e McArdle, 2015). A versão atual da plataforma oferece a visualização de dados em tempo real, mapas temáticos, questões afetas ao planejamento da cidade, acesso a diversas *apps* e aos silos de armazenamento dos dados disponibilizados (Dublin Dashboard, 2018).

Brian Moran⁷⁷, entrevistado sobre a plataforma, destacou que os projetos de pesquisa que estão em sua origem investigam os modos como a produção de dados e códigos traduzem nossa forma de entender as cidades, de vive-las e, assim, produzir '*smart cities*'. Atuam sobre três pontos chave: produção de dados de qualidade; visualização desses dados e formas de interação; análise e modelagem de dados. Consideram três tipos de usuários, aos quais calibram as ferramentas disponibilizadas: usuário iniciante, usuário final primário e usuário avançado. *Dublin Dashboard* pode ser utilizado por cidadãos, como forma de acesso a informação sobre sua cidade e engajamento em suas questões, por gestores da cidade, na operação e monitorização de serviços públicos, e por decisores políticos. Dentre as ferramentas digitais utilizadas estão os mapas interativos, ferramentas para visualização de dados urbanos, análise e modelagem espacial, realidade virtual e modelagem arquitetônica. Quanto aos principais desafios, Moran ressaltou a dificuldade em conseguir 'bons dados', ou seja, dados abertos, completos, válidos, precisos, com boa cobertura e com suficiente meta dados.

p. 1882

Decidim Barcelona

Decidim comporta a criação e discussão de propostas, convocatória e publicação de atas de encontros presenciais, debates com atores públicos, aberturas de protocolos para visualização de dados e várias outras funcionalidades. Os usuários da plataforma (participantes visitantes, registrados ou verificados) interagem através de espaços de participação (iniciativas, processos, órgãos, consulta) dotados de componentes com funcionalidades específicas (encontros, propostas, enquetes, votações, comentários, acompanhamentos). Sua versão mais conhecida, *Decidim Barcelona*⁷⁸, funciona como uma parceria público-comum, onde sua sustentabilidade é assegurada pelo *Ayuntamiento* de Barcelona, mas seu design é produto de uma ampla colaboração que extrapola o território da cidade (Barandiaran et al., 2017).

⁷⁵ Disponível em: <http://progcity.maynoothuniversity.ie/about/>. Acesso em: 02 nov. 2018.

⁷⁶ Disponível em: < <http://www.airo.ie>>. Acesso em 02 nov. 2018.

⁷⁷ Brian Moran é membro integrante do projeto *Building City Dashboard* (complementar ao *Programmable City Project*), que coordena os *dashboards* de Dublin e Cork, na Irlanda.

⁷⁸ Disponível em: < <https://www.decidim.barcelona/>>. Acesso em 26 out. 2018.



20
ANOS
1998 | 2018

OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

EIXO 2 GESTÃO E GOVERNANÇA URBANA

SESSÃO 2.3 REGIMES URBANOS

Refletindo sobre *Decidim*, Pablo Aragón⁷⁹ destacou o caráter tecnopolítico da plataforma que, afirma, não é só um código informático, mas também um processo de ‘liberdade democrática’, cujos princípios vão além das questões técnicas, incluindo questões políticas, filosóficas e ontológicas da participação. Ressalta que a plataforma está desenhada para diferentes usos e escalas, tenta ser suficientemente versátil para dar complexidade aos processos e à organização, hibridizando a participação virtual com encontros e interações situadas no território. Para Aragón, as ferramentas digitais – destacadamente a internet que possibilita a discussão massiva entre diferentes escalas, *apps* para formação de assembleias e encontros, para edição colaborativa etc.- devem ser sempre pensadas para melhorar ou complementar uma capacidade, nunca para suplantá-la. Reconhece como desafio a dificuldade de documentar toda informação que é gerada e a exigência por clareza na comunicação. Por outro lado, sugere que a informação armazenada na plataforma pode ser lida como uma memória coletiva da cidade e seus espaços de debates podem ser estudados não só como espaços de discussão, mas também para ver as diferentes sensibilidades expostas sobre uma determinada temática. Ressalta ainda, que a plataforma permite acompanhar o andamento dos processos e verificar quais projetos foram ou não executados, fornecendo uma prestação de contas que é essencial para o engajamento dos participantes. Em Barcelona, *Decidim* funciona através de um convênio com o *Ayuntamiento*, mas por se tratar de um projeto de licença livre, seus cocriadores utilizam-no de várias maneiras para a sua autonomia, abrindo espaço para a atuação de diversos profissionais, como designers, consultores e pesquisadores. “Para mim a sustentabilidade de uma ferramenta digital passa pela governança de uma comunidade que o entenda”, finaliza.

p. 1883

MediaLab Prado

Inicialmente chamado *MediaLab Madrid*, foi criado em princípios dos anos 2000 pelo *Ayuntamiento* de Madrid, em resposta a um grupo de ativistas culturais e profissionais que questionavam o tipo de políticas públicas culturais, espetaculares e consequentemente gentrificadoras, que estavam sendo aplicadas àquela época à cidade (Valladares, 2016). Suas primeiras atividades consistiram em oficinas abertas aos cidadãos, que integravam produção artística com investigação científica. Atualmente, suas atividades são coordenadas por laboratórios – PrototipaLab, ParticipaLab, InciLab, DataLab, CiCiLab, AvLab (MediaLab Prado, 2018). As interações no MediaLab Prado funcionam a partir de convocatórias abertas de projeto – para a proposição de projetos ou para a colaboração com algum deles – e pela mediação feita por *experts* na realização desses projetos. As atividades acontecem em espaço físico bem equipado e instalado em localização acessível na malha da cidade.

Em entrevista concedida para esta investigação, Antonio Lafuente⁸⁰ destacou a grande pressão por entregas finais da qual sofrem os espaços de experimentação. Ressaltou que um grande desafio do atual regime neoliberal é separar, na inovação, o

⁷⁹ Pablo Aragón é coordenador do Laboratori d’Innovación Democrática, um espaço comum de investigação que contribui a codesenhar *Decidim*.

⁸⁰ Antonio Lafuente García é pesquisador do Centro de Ciências Humanas e Sociais do Conselho Superior de Investigações Científicas da Espanha. Fundou o *Laboratorio del Procomún*, um dos mais importantes *labs* do MediaLab Prado, dissolvido em 2017.



20
ANOS
1998 | 2018

OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

EIXO 2 GESTÃO E GOVERNANÇA URBANA

SESSÃO 2.3 REGIMES URBANOS

momento da aprendizagem do momento do impacto, dando à aprendizagem o tempo que lhe é necessário para que se aprenda com os erros e fracassos. O entrevistado sugeriu ser preciso criar uma ‘pedagogia’, encontrar novas metáforas que nos permitam defender a cultura livre e experimental, e arriscou uma comparação da inovação com uma bacia hidrográfica: “Não haverá nunca rios navegáveis se não houver os rios pequenos que lhes dão corpo”. Sobre a importância das ferramentas digitais, Lafuente apontou algumas possibilidades por elas abertas: (1) formação e articulação de comunidades; (2) mescla de produções; e (3) o questionamento da propriedade intelectual. Explicando que, no *MediaLab Prado*, são produzidos dois tipos de conhecimento: formas originais de organização – modos de colaborar à distância, esporadicamente, intermitentemente, etc. – e novos objetos úteis que “passam a compor uma forma de estar no mundo”. Muitos grupos continuam a atuar após os trabalhos realizados no *MediaLab Prado*, em projetos mais mutualistas e abertos, numa cultura diferente do que se experimentava antes com o voluntariado ou a benevolência. Sobre as convocatórias de projetos, explicou que servem como forma de captar heterogeneidade e de reunir pessoas não pelo que as une ou separa, mas pelo que são capazes de fazer juntas.

Observatório de Luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa

Criado em 2006 pela representação portuguesa da Rede Europeia contra a Pobreza (EAPN/PT), o OLCPL tem financiamento contínuo assegurado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e objetiva produzir conhecimento sobre a situação social da cidade, capaz de influenciar decisões e ações políticas para a inserção de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Explorando diversas metodologias e fontes de dados, o OLCPL pretende não só observar o fenômeno da pobreza em Lisboa, mas também estar atento às tendências que se avizinham (ESTIVILL, 2007). Assim, a partir de dados oficiais de diversas fontes, recortes geográficos e escalas, elabora ‘retratos’ da cidade e análises comparativas, disponibiliza seu banco de dados de forma aberta, publica relatórios, estudos sistemáticos, infografias, vídeos e ensaios fotográficos, e promove debates e encontros presenciais entre diversos atores. Em consonância com acordos supranacionais como o Pilar Europeu dos Direitos Sociais⁸¹ e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável⁸², iniciou recentemente a articulação de diversos setores da governança local e nacional numa campanha para a construção de uma Estratégia Nacional para a Erradicação da Pobreza (OLCPL, 2018).

Catarina Cruz⁸³, entrevistada sobre o OLCPL, relatou a dificuldade de alguns países assumirem o problema da pobreza como uma realidade em seus territórios, ou mesmo como um problema comunitário, o que dificultou a implantação de um observatório a nível europeu sobre a Luta contra a Pobreza, objetivo inicial da EAPN. Partindo então de um observatório local em Lisboa, preferiram não se ligar diretamente nem à academia, nem ao governo, em busca de maior autonomia e proximidade com o terreno. Em seus estudos, misturam abordagens quantitativas com qualitativas, além da

p. 1884

⁸¹ Acordo europeu que estabelece 20 princípios fundamentais sobre os ‘novos direitos’ dos cidadãos. Mais informações em: < <https://bit.ly/2ATRnkc>>. Acesso em 08 nov. 2018.

⁸² 17 objetivos que resumem a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, uma iniciativa das Nações Unidas. Mais informações disponíveis em: < <https://bit.ly/2Du7bg7>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

⁸³ Catarina Cruz é socióloga e integra a equipe do OLCPL.



‘observação participante’, e exploram ferramentas digitais simples para a organização e visualização da informação. Sobre a coleta de dados, revela a dificuldade em conseguir dados micro dimensionais, devido à escassez de recursos com que trabalham as organizações sociais que os produzem, mas também devido a uma ‘barreira cultural’ quanto à partilha de dados. Tal situação exige persistência e articulação com muitas organizações, com as quais são, por vezes, estabelecidos protocolos para a recolha de dados trimestrais e de forma contínua, de modo permitir a visualização da evolução dos indicadores. Considera que o maior desafio do OLCPL é comunicar adequadamente e de forma sedutora com seus diferentes públicos. Desde 2017 estão articulando a implantação de um Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza em Portugal.

Quadro comparativo e discussão

Os dados coletados foram organizados segundo categorias que compõem os três campos fundamentais de uma interface (Tab. 1). A identificação dos interlocutores parte dos atores utilizados por Farah (2011), assim como a identificação dos objetivos parte daqueles levantados por Silva et al. (2013) sobre observatórios, adaptando-os à realidade da amostra. As outras categorias aglutinam características em subcategorias compatíveis entre si.

Tabela 1- Caracterização das plataformas estudadas.

Categorias		Observatório de Luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa	Plataforma de dados abertos - Dublin Dashboard	Laboratório Cívico - MediaLab Prado	Tecnopolítica - Decidim Barcelona
Indicadores colocados sobre	A d m i n	Rede Internacional	Iniciativa Local	Ator Público	Iniciativa local
	C o l a b o r a.	Administração pública Iniciativas locais	Administração pública	Iniciativas locais Pesquisadores	Pesquisadores Profissionais Cidadãos Administração pública
	P ú b l i c o - a l v o	Cidadãos Iniciativas Locais Administração Pública Pesquisadores	Cidadãos Iniciativas Locais Administração Pública Pesquisadores Profissionais Empresas	Cidadãos Iniciativas locais Administração pública Pesquisadores Profissionais	Cidadãos Administração pública
	R e d e s	Rede Europeia de Luta contra a Pobreza – EAPN/PT Rede de Desenvolvimento Local de Base	Building City Dashboard	Programa de Inovação Cidadã da Secretaria Geral Iberoamericana	Decidim MetaDecidim GitHub



		Comunitária de Lisboa			
Interações	Objetivos	Indicadores Monitoramento Convergência / articulação	Indicadores Monitoramento	Convergência / articulação Participação / diálogo Capacitação	Participação / diálogo Convergência / articulação
	Resultados	Produção / divulgação de indicadores Visualização de dados Análise comparativa Conferências / encontros	Produção / divulgação de indicadores Visualização de dados Análise comparativa	Projetos	Realização de inquéritos Conferências/encontros Grupos de trabalho Processos participativos
	Ferramentas	Mapas Gráficos / infográficos Censo / indicadores estatísticos Encontros Vídeos / fotografias	Mapas Gráficos / infográficos Censo / indicadores estatísticos	Convocatória Mediação	Encontros Propostas Enquetes Votações Comentários Acompanhamentos
	Ambiente	Sede física própria Sítio eletrônico Redes sociais	Sítio eletrônico	Sede física própria Sítio eletrônico Redes sociais	Sítio eletrônico Espaços públicos
Informação	Contexto	Dados oficiais Levantamento próprio	Dados oficiais	Dados oficiais Levantamento próprio Sensing	Dados oficiais
	Processos	Indicadores Visualização Produtos / serviços	Indicadores Visualização	Produtos / serviços Ativismo Estudos / projetos	Ativismo
	Armazen.	Banco de dados aberto	Banco de dados aberto Banco de dados de terceiros	Banco de dados restrito	Banco de dados aberto
	Distribui.	Sítio eletrônico Redes sociais	Sítio eletrônico	Direta ao público-alvo Sítio eletrônico Redes sociais	Sítio eletrônico



20
ANOS
1998 | 2018

**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

EIXO 2 GESTÃO E GOVERNANÇA URBANA

SESSÃO 2.3 REGIMES URBANOS

Fonte. Das autoras.

A Tab. 1 mostra a diversidade de atores envolvidos na administração e no uso dos serviços oferecidos pelas plataformas analisadas, também a inserção de todas elas em redes mais amplas de colaboração. Com a exceção de *Dublin Dashboard*, cujo âmbito é mais técnico, as plataformas objetivam convergir discussões, articulando mais diretamente seus diferentes públicos-alvo para ações no terreno – em encontros, conferências, projetos, grupos de trabalho etc. Enquanto o observatório e a plataforma de dados concentram-se na produção e visualização de indicadores, o laboratório cívico e a tecnopolítica facilitam o ativismo. Vê-se, ainda, a centralidade da internet na distribuição da informação.

Como contribuição para melhorar o desempenho dos observatórios, sugere-se apostar em atividades que promovam encontros presenciais entre diversos atores, buscando maior proximidade com as realidades observadas e tentando perceber melhor as necessidades do público-alvo. Para tanto, é necessário apresentar-se em linguagem acessível e adequada a cada tipo de público-alvo, e oferecer capacidade de resposta às interações provocadas. A diversificação de atores nas redes de administração e colaboração, bem como a diversificação de fontes de financiamento são importantes dicas para a autonomia da plataforma e a pluralidade de visões que a compõem. A capacitação para o manuseio de ferramentas digitais para a organização e visualização de informação, de forma clara e amplamente acessível, parece essencial para atender as exigências por profissionalização na ação cidadã.

Considerando os problemas identificados no programa BIP/ZIP (seção 2.5), sugere-se buscar nas plataformas de dados abertas ferramentas adequadas para levantamento, combinação, visualização e análise de dados, além de monitoramento em tempo real das ações realizadas nos territórios. Tanto para as ferramentas de manuseio da informação e produção de conhecimento, quanto para o desenho (código) da plataforma em si, sugere-se buscar a contribuição dos dispositivos tecnopolíticos cocriados e cogeridos, buscando maior equilíbrio entre os domínios de poder que atuam na plataforma (*back and front*). As práticas realizadas nos laboratórios cívicos (elaboração de projetos com mediação e engajamento de redes de colaboração), podem ser úteis para uma maior sinergia entre iniciativas locais, tendo os GABIPs como meios e agentes facilitadores. Das práticas de maior êxito dos observatórios, sugere-se buscar ferramentas que ampliem técnicas e dinâmicas para coleta de dados; disponibilizar bancos de dados de forma aberta; dispor de diversas formas de comunicação e documentação, orientada para os diferentes públicos-alvo; oferecer-se enquanto ambiente para discussão *on line* e *in situ*.

p. 1887

NOTAS FINAIS

A análise revela a diversidade de ferramentas e metodologias experimentadas pelas várias interfaces que informam e interagem na cidade contemporânea, podendo contribuir para que o OBZ seja um instrumento mais atraente, potente e eficaz para o desenvolvimento local em Lisboa.

A utilização criativa e inclusiva de tecnologias digitais, pode potencializar as funcionalidades do OBZ, especialmente na organização e visualização interativa e em tempo real de dados e em novas formas de trabalhar e colaborar – à distância, em rede e em simultâneo. Internet, *wireless*, *smartphones*, georreferenciamento e outros



dispositivos permitem a utilização de dados comportamentais, quantitativos e qualitativos, hoje em dia mais utilizados por marcas do que por iniciativas cidadãs. Outras ferramentas permitem ainda a simulação e predição de cenários.

A investigação em curso afirma o poder das TICs como forma de apoio otimizado à continuidade dos processos físicos desenrolados pelas coletividades nos territórios, em foco no OBZ. No entanto, alerta para a manipulação potencial de dados e redes, no ambiente digital, o que exige um posicionamento crítico frente a essas ferramentas e a clareza de que estarão sempre a serviço de um posicionamento ideológico que deve ser honestamente comunicado, senão previamente pactuado entre seus interlocutores.

AGRADECIMENTOS:

À Bolsa de Mérito 3º Ciclo concedida pela ISTA-Escola de Tecnologias e Arquitetura do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa à pesquisa 'Observatório BIP/ZIP: Mediações digitais para o desenvolvimento local em Lisboa', da qual este artigo é peça integrante. Agradecimentos especiais aos entrevistados: Antonio Lafuente, Pablo Aragón, Brian Moran, e Catarina Cruz.

REFERÊNCIAS:

- BALTAZAR, A. P. Cyberarchitecture: the virtualization of architecture beyond representation towards interactivity. London: Bartlett School of Architecture, 2009.
- BARANDIARAN, X.; CALLEJA-LÓPEZ, A.; MONTERDE, A.; ARAGÓN, P.; LINARES, J.; ROMERO, C.; PEREIRA, A. Decidim: redes políticas y tecnopolíticas para la democracia participative. *Recerca - Revista de Pensament i Anàlisi*, n. 21, 2017. ISSN: 1130-6149 – pp. 137-150. doi: <http://dx.doi.org/10.6035/Recerca.2017.21.8>.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. 18ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- CIUDADANÍA 2.0. Laboratorios ciudadanos: espacios para la innovación ciudadana. XXIV Cumbre Iberoamericana de Jefes e Jefes de Estado y de Gobierno. Veracruz / Mexico, 2014.
- DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL (DMHDL). Good Practice Summary–Lisbon Local Development Strategy for Neighbourhoods or Areas of Priority Intervention (BIP/ZIP): an integrated toolbox. 2017. Disponível em: <<http://urbact.eu/in>>. Acesso em: 20 set. 2018.
- DUBLIN DASHBOARD. City Intelligence. Disponível em: <<http://www.dublindashboard.ie/pages/index>>. Acesso em: 02 nov. 2018.
- ESTIVILL, J. Panorama dos Observatórios de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social – Contributos para o Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Rede Europeia Anti-pobreza. Barcelona, 2007.
- FALANGA, Roberto. From citizens' participation to co-governance: Is the road to hell paved with good intentions? In: MARINA, Ognen; ARMANDO, Alessandro (ed.). *Projects for an Inclusive City: Social Integration through Urban Growth Strategies*. Skopje: City of Skopje, 2015.
- FARIAS, Ana C. C. Conhecer os observatórios: Uma taxonomia para caracterização e análise de interfaces. Artigo apresentado em: 2nd OIKONET Postgraduate Workshops.
- GLOBAL DWELLING: Intertwining Community, Sustainability and Technology. Lisboa: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 2018.



20
ANOS
1998 | 2018

**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

EIXO 2 GESTÃO E GOVERNANÇA URBANA

SESSÃO 2.3 REGIMES URBANOS

FARIAS, Ana C. C.; PAIO, Alexandra; FALANGA, Roberto. O que é uma interface? A perspectiva dos agentes locais, no desenho do Observatório BIP/ZIP. Artigo apresentado em PNUM'18: A Produção do Território: Formas, Processos, Desígnios. Porto: Universidade do Porto, 2018.

FERREIRA, Andreia Cristina; SILVA, Lígia Torres; RAMOS, Rui Rodrigues. Urban Observatories, Tools for Monitoring Cities. EEESD '12 - 8th WSEAS International Conference on Energy, Environment, Ecosystems and Sustainable Development, pp. 259-264, 2012. ISBN: 978-1-61804-088-6

KITCHIN, Rob; MAALSEN, Sophia; MCARDLE, Gavin. The Praxis and Politics of Building Urban Dashboards. The Programmable City, Working Paper 11, 2015. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2608988>>. Acesso em: 24 out. 2018.

LAFUENTE, A.; SELLÉS, M. El Observatorio de Cádiz (1753-1831). Madrid: Ministerio de Defensa, Instituto de Historia y Cultura Naval, 1988.

MEDIALAB PRADO. Disponível em: <<https://www.medialab-prado.es/>>. Acesso em: 31 out. 2018.

MORAIS, Neira de. O surgimento dos observatórios de políticas públicas no Brasil e em Portugal. Comunicação apresentada em: III Colóquio de Doutorandos/as do CES. Coimbra C – “estado de sítio, Estados sem sítio”. Coimbra, 2012.

OBSERVATÓRIO DE LUTA CONTRA A POBREZA NA CIDADE DE LISBOA (OLCPL). Disponível em: <<https://observatorio-lisboa.eapn.pt/>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

PATO, Isabel; PEREIRA, Margarida. Segregação territorial, conhecimento estatístico e governação urbana. Leitura foucaultiana dos casos de França e de Portugal. In: Caderno Metrôpoles, v. 15, n.29, pp. 77-97, São Paulo, 2013.

ROSETA, Helena. Pequeno programa, grande lição. In: Câmara Municipal de Lisboa. Dentro de ti, ó cidade. Energia BIP/ZIP. Lisboa: s.n., 2013.

SEIXAS, J.; TULUMELLO, S.; CORVELO, S.; DRAGO, A. Dinâmicas sociogeográficas e políticas na Área Metropolitana de Lisboa em tempos de crise e de austeridade. Caderno Metrôpoles, São Paulo, v. 17, n. 34, pp. 371-399, 2015.

SILVA, A. W. L. da; NETTO, M.; HELOU FILHO, E. A.; SELIG, P. M. Observatórios de Informação e Conhecimento: Discutindo Bases Conceituais e Perspectivas de Efetividade. IX Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Rio de Janeiro, 2013. ISSN 1984-9354.

STALDER, Felix. Between democracy and spectacle. The front and the back of the social web. In: MANDIBERG, Michael (ed.). Social Media Reader. New York University Press, 2012. pp. 242-256. Disponível em: <<http://felix.openflows.com/print/223>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

TORRE MEDINA, J. (coord.). Tecnopólitica Y 15M: La potencia de las multitudes conectadas. Un estudio sobre la gestación y explosión del 15M. Barcelona: UOC Ediciones, 2015.

UN-HABITAT. A Guide to Setting Up an Urban Observatory. United Nations Human Settlements Programme. s.l., 2015. Disponível em: <https://unhabitat.org/a-guide-to-setting-up-an-urban-observatory_2015/>. Acesso em: 09 nov. 2018.

VALLADARES, M. E. C. Los Laboratorios Ciudadanos. Um estudo de caso: el MediaLab-Prado y su impacto em el ámbito local. Máster de investigación em Gestión Cultural. Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya, 2016.

p. 1889



20
ANOS
1998 | 2018

**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

EIXO 2 GESTÃO E GOVERNANÇA URBANA

SESSÃO 2.3 REGIMES URBANOS

QUIJANO, P. R. Laboratorios ciudadanos y humanidades digitales. Digital Humanities Quarterly, Vol. 12, N. 1, 2018.

p. 1890